

UNIVERSIDADE, BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: revisão de literatura

Dulce Maria Baptista

Professora colaboradora da
Faculdade de Ciência da
Informação da Universidade de
Brasília.

E-mail:

baptistadm368@gmail.com

*Maria do Socorro Neri de
Sousa*

Mestre em Ciência da Informação
pela Faculdade de Ciência da
Informação da Universidade de
Brasília. Bibliotecária na
Biblioteca Central da mesma
instituição.

E-mail: maria17@bce.unb.br

Miriam Paula Manini

Professora da Faculdade de
Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

E-mail: mpmanini@uol.com.br

RESUMO

As bibliotecas universitárias com sua longa trajetória têm forte ligação com a memória. Mais que preservar os registros produzidos nas universidades, essas bibliotecas são também produtoras de memórias, na medida em que desempenham seus processos seja no desenvolvimento de acervos, na administração de recursos ou na gestão de pessoas. A maneira como essas instituições desenvolvem seus trabalhos estabelece rotinas, cria hábitos, gera informações e produz documentos, o que lhes confere legitimidade e reconhecimento como instituição frente à sociedade. A preservação da memória institucional, consubstanciada nesses documentos que podem ser tanto documentos de arquivos, livros, ou mesmo equipamentos importantes na história da biblioteca, se faz necessária, pois é a partir deles que as bibliotecas poderão conhecer sua história, redescobrir sua memória e estabelecer metas para o futuro.

Palavras-chave: Universidade. Bibliotecas universitárias. Memória institucional. Preservação.

UNIVERSITY, UNIVERSITY LIBRARY AND
PRESERVATION OF INSTITUTIONAL MEMORY:
literature review

ABSTRACT

University libraries with their long history have a strong connection with memory. In addition to preserving the records produced at universities, these libraries are also producing memories, as they carry out their processes either in the development of collections, in the administration of resources or in the management of people. The way these institutions develop their work establishes routines, creates habits, generates information and produces documents, which gives them legitimacy and recognition as an institution within society. The preservation of institutional memory, embodied in these documents that can be either archival documents, books, or even important equipment in the history of the library, is necessary, since it is from them that libraries can know their history, rediscover their memory and establish goals for the future.

Keywords: University. University libraries. Institutional memory. Preservation.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui uma revisão de literatura cuja temática é a memória institucional no contexto das bibliotecas universitárias. O objetivo é trazer à tona a questão da memória institucional dessas bibliotecas, propor meios para preservação e possibilidades de geração de produtos e serviços a partir dos registros da memória institucional.

A biblioteca universitária, com sua longa história, tem uma ligação forte com memória. É um lugar de memória, pois guarda os registros intelectuais humanos, resultantes ou não das pesquisas científicas desenvolvidas dentro das universidades. Ao mesmo tempo é também uma produtora de memórias, pois no decorrer de suas atividades diárias gera informações, produz documentos e estabelece rotinas. A instituição biblioteca é reconhecida por uma série de costumes e hábitos próprios que lhe conferem legitimidade junto à sociedade e um lugar reconhecido na história da humanidade. Sua trajetória é milenar.

A memória é um recurso que usamos para lembrar eventos passados, sanar dúvidas ou simplesmente recordar voluntaria ou involuntariamente de algo. É também uma parceira vital para a História, seja para a história de uma pessoa, um grupo, uma cidade ou uma nação. A memória é o que dá embasamento à História. Guardar as lembranças é natural do ser humano, mas sua capacidade de “armazenamento” é limitada. Nós nos esquecemos! Por isso registramos nossas memórias em diversos suportes: na pedra, no papel, em meio digital... Assim também ocorre com as instituições, que são “formas de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer” (THIESEN, 2013, p. 29).

Ao longo do texto serão apresentadas ideias consoantes à formação da memória nas bibliotecas universitárias: as universidades, as bibliotecas, a memória institucional e seu suporte ou meio de materialização, quais sejam, os documentos, bem como ideias para sua preservação.

2 AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES E SUAS BIBLIOTECAS

A universidade, do latim *universita*, instituição secular, surgiu na Europa num contexto propício. Neste período, final do século XI, vários fatos históricos aconteceram e culminaram num cenário que ajudou no desenvolvimento das universidades. Entre tais fatos se podem citar as Cruzadas, o contato dos europeus com o conhecimento e com a cultura árabes na Península Ibérica, o desenvolvimento das cidades e do comércio, bem como o crescimento dos reinados (LOUREIRO, 1986). Para atender as novas demandas surgidas com este desenvolvimento, tornavam-se necessários novos conhecimentos, o que exigia uma renovação escolar. Charle e Verger afirmam que:

Esta renovação escolar não é explicada apenas pelo desenvolvimento geral do Ocidente, pela renovação econômica, pelo crescimento urbano, pela aceleração das trocas. Isso se deve ao fato de a Igreja e, em menor escala, os poderes leigos (sic) e as classes dirigentes, especialmente nos países mediterrâneos, terem sentido cada vez mais necessidade de apelar a letrados competentes, dominando as disciplinas eruditas e todas as técnicas da escrita, para gerir seus negócios, tanto privados quanto públicos. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 15).

As primeiras universidades européias surgiram no final do século XI e suas bibliotecas têm origem na Baixa Idade Média, a partir das coleções que eram guardadas em abadias e mosteiros. Ao longo do tempo, muitas dessas bibliotecas tiveram seus acervos enriquecidos por doações de particulares. É a partir deste momento que essas bibliotecas e suas universidades dão um pequeno passo rumo a laicização, influenciadas principalmente pelo movimento do Humanismo Renascentista. As ideias contestadoras desse movimento punham em xeque a forma como a sociedade se desenvolvia, assim como as regras impostas pela Igreja.

Àquela época, as bibliotecas não desempenhavam o papel que exercem nos dias de hoje. Os livros disponíveis nessas bibliotecas eram acessíveis somente àqueles que frequentavam regularmente as universidades. Algumas bibliotecas mantinham seus livros acorrentados¹. Segundo Martins (1957, p. 67), na biblioteca da Sorbonne “os livros

¹ **Liber Catenatus**: livros acorrentados. A prática de acorrentar livros vinha desde o século V, quando as igrejas expunham livros para os fieis. Pela preciosidade que representavam e pelos custos de produção

na maior parte têm (*sic*) uma corrente fixada na encadernação, suficientemente longa, entretanto, para permitir o seu transporte”.

As bibliotecas universitárias desde o princípio têm como característica – talvez pelo meio em que se encontram: dentro das universidades – a busca de inovações e ferramentas que facilitam o trabalho. Foi assim que ocorrera com o uso dos numerais arábicos, que passaram a ser utilizados pelos catalogadores da biblioteca de Oxford, pois para eles a ordem numérica facilitava a localização dos livros (BATTLES, 2003).

As bibliotecas universitárias da Idade Média tiveram grande desenvolvimento no século XV, quando as riquezas materiais das universidades aumentaram e com a invenção dos tipos móveis por Gutenberg em 1450, o que acarretou o crescimento do número de publicações. Tal evento criou maior demanda por técnicas para administração de tantos materiais bibliográficos. Burke (2003) afirma que em 1550 o escritor italiano Antonfrancesco Doni reclamava que havia tantos livros que não tinha tempo para ler sequer os títulos. Para Burke (2003), no entanto, o que havia era uma grande desordem dos livros. Em meio ao caos e desordem dos livros começam a surgir ideias sobre organização de acervos.

Um novo e complexo sistema foi proposto pelo estudioso espanhol Francisco de Aráoz num tratado sobre *Como organizar uma biblioteca* (1631). Aráoz dividia os livros em 15 categorias. Cinco dessas categorias eram religiosas: teologia, estudos bíblicos, história eclesiástica, poesia religiosa e obras dos padres da Igreja. Dez eram seculares: dicionários, livros de lugares-comuns, retórica, história secular, poesia secular, matemática, filosofia natural, filosofia moral, política e direito. (BURKE, 2003, p. 97)

Nesse novo contexto surgiram também novos profissionais do livro, como tipógrafos, revisores, impressores e também bibliotecários. Os livros que antes eram produzidos e reproduzidos nos mosteiros pelos monges copistas em seus *scriptoria*, passaram a ser produzidos de forma mais ágil e em maiores quantidades. Este aumento substancial trouxe alguns conflitos e intrigas entre autores em razão de plágios, o que, de certa forma, afetava economicamente a vida intelectual da época. Naquele período

começaram a acorrentá-los para evitar furtos. A prática aos poucos foi incorporada às bibliotecas universitárias.

(Renascimento) surgiram as ideias de *gênio*, *originalidade* e *autor*. Segundo Burke, os humanistas da época buscavam reconhecimento e, com frequência, acusavam-se de roubo. Os acusados então afirmavam que não era roubo, mas sim “imitação criativa” (BURKE, 2003, p.137). Disputas entre intelectuais famosos também foram registradas, como o caso em que Isaac Newton acusou Leibniz de plágio em 1699 sobre os estudos de cálculo infinitesimal (BURKE, 2003).

Para Martins (1957), foi na Renascença que as bibliotecas universitárias ganharam os contornos que conhecemos ou imaginamos. O autor concorda com Ortega y Gasset em seu discurso proferido em 1935, em Madri, por ocasião da abertura do Congresso Internacional de Bibliotecários, ao afirmar que foi na Renascença que também surgiu a figura do bibliotecário junto ao livro:

Durante a Idade Média a ocupação com os livros ainda é infra-social, não aparece para o público: está latente, secreta, pode-se dizer intestina, confinada no recinto secreto dos mosteiros. Nas próprias universidades não se destacava essa prática. Nelas se guardavam livros necessários à prática do ensino, do mesmo modo, nem mais nem menos, como se guardariam os utensílios de limpeza. Ser guardião dos livros não era algo especial. Somente no alvorecer da Renascença é que começa a delinear-se na área pública, a diferenciar-se dos outros tipos genéricos de vida, a figura do bibliotecário! E não por coincidência! É precisamente a época em que também pela primeira vez o livro, no sentido mais estrito da palavra, não o livro religioso, nem o livro de leis, mas o livro escrito por um escritor, portanto o livro que pretende ser somente livro e não revelação ou código é precisamente a época em que, também pela primeira vez, o livro é sentido socialmente como necessidade. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 18).

A figura do bibliotecário é definitivamente consolidada na Idade Moderna, período no qual surgem obras que se tornariam bases para a Biblioteconomia. Entre outros nomes, destacam-se Gabriel Naudé (1600-1653), cuja obra *Advis pour dresser une bibliotheque* (Como gerir uma biblioteca), publicada em 1627, “é o primeiro tratado escolar de administração de bibliotecas, que fundamenta práticas até hoje em vigor” (PINHEIRO, 2013, p. 7). Naudé, ao que parece, era um homem pragmático e afirmava que o objetivo da classificação era “simplesmente encontrar os livros, ‘sem trabalho, sem dificuldade e sem confusão’”. (BURKE, 2003, p. 98). Para ele, a organização era fundamental e fez uma comparação interessante ao afirmar que “uma pilha de livros não era uma biblioteca, assim como um monte de soldados não constituía um exército” (BURKE, 2003, p. 98). Para

Fonseca (2007), Naudé foi um dos primeiros teóricos da Biblioteconomia a chamar a atenção para a questão do leitor, tendo dedicado em sua obra um capítulo inteiro para tal fim.

Outro nome de destaque foi o alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), o qual exerceu por duas vezes a função de bibliotecário, situação que, acredita Fonseca (2007), pode ter sido a inspiração para a concepção de uma *scientia generalis*. Para Burke (2003), Leibniz era uma combinação de um filósofo-bibliotecário e um bibliotecário-filósofo, representados por John Dewey e Melvil Dewey, respectivamente. Tal combinação contribuiu para que Leibniz, cuja idéia sobre biblioteca assemelhava-se a uma enciclopédia, desenvolvesse um plano para organizar bibliotecas (*Idea bibliothecae ordinae*), o qual estava dividido em nove classes: teologia, medicina, direito, filosofia, matemática, física, filologia, história e assuntos diversos. Leibniz foi também co-fundador juntamente com Otto Mencke, matemático e filósofo alemão, do primeiro periódico científico da Alemanha, a *Acta Eruditorum*, em 1684.

Nunes e Carvalho (2016) consideram que uma importante mudança no contexto das bibliotecas universitárias ocorreu com as contribuições de Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892- 1972). As autoras afirmam que:

A sua contribuição à Biblioteconomia não se restringe à sua época. Ao lançar o livro *Five Laws of Library Science* (1931), e os demais publicados posteriormente, Ranganathan deixa para as gerações futuras o seu legado, considerando que suas leis ainda hoje são estudadas com vistas a encontrar soluções possíveis para os desafios que as bibliotecas enfrentam em pleno Século XXI. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 182)

Ranganathan entende a biblioteca como um sistema dinâmico em constante mutação e que busca se adequar às demandas da sociedade. Com esta visão a biblioteca desempenha papel fundamental no desenvolvimento social e intelectual da sociedade, dando suporte ao ensino e à pesquisa (NUNES; CARVALHO, 2016). Podemos entender que esta percepção vai além da quinta lei de Ranganathan, “A biblioteca é um organismo em crescimento”, pois há uma preocupação em extrapolar os limites físicos da biblioteca. O desejo de atender às demandas informacionais torna-se urgente.

A biblioteca universitária e a Biblioteconomia receberam no fim do século XIX e começo do XX grandes contribuições de pensadores que hoje têm reconhecimento

unânime na área. As principais propostas visavam a criação sistemas de classificação que pudessem pôr ordem na grande quantidade de livros em circulação. “Nomes como Harris, Cutter, Dewey e Otlet despontaram nesta virada de século XIX para o século XX como proeminentes classificacionistas” (SALES, 2016, p. 57).

A biblioteca universitária moderna passou por muitas transformações, todas influenciadas pelo contexto da época. Mudanças de paradigma e percepção do mundo, passagem da mentalidade medieval para a moderna, problemas de organização e classificação, grandes volumes de material bibliográfico e as dificuldades para recuperá-los, períodos de guerras, desafios e avanços tecnológicos, disponibilização e acesso à informação, advento da internet, bibliotecas digitais e virtuais etc. Cunha (2000) afirma que em todos os períodos da História a biblioteca dependeu de tecnologia da informação:

Na passagem dos manuscritos para a utilização de textos impressos, o acesso a base de dados bibliográficos armazenados nos grandes bancos de dados, o uso do CD-ROM e o advento da biblioteca digital, no final dos anos 90, altamente dependente das diversas tecnologias de informação, demonstram que, nos últimos 150 anos, as bibliotecas sempre acompanharam e venceram os novos paradigmas tecnológicos. (CUNHA, 2000, p. 75)

Há muito tempo se cogita que as bibliotecas estariam fadadas ao desaparecimento, assim como se pensou que o livro tivesse tal destino com o surgimento dos formatos digitais; e se pensou que o bibliotecário de referência também tivesse o mesmo rumo. No entanto, as bibliotecas e os livros persistem e resistem ao tempo. O bibliotecário de referência como o “intermediário da informação ainda tem muito que fazer” (CUNHA, 2000, p. 83).

3 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E SUAS BIBLIOTECAS

Na América as primeiras universidades surgiram nas colônias espanholas. Instituídas por decreto real com estatutos inspirados nas universidades de Salamanca (1134) e Alcalá (1499), eram quase sempre controladas por ordens religiosas, especialmente pelos dominicanos e jesuítas. Nessas universidades os principais cursos eram Teologia e Direito Canônico (CHARLE; VERGER, 1996). Criada em 1538, a

Universidade de Santo Domingo (atual capital da República Dominicana) é historicamente a primeira universidade das Américas. Depois vieram as de San Marcos, no Peru (1551); México (1553); Bogotá (1662); Cuzco (1692); Havana (1728); e Santiago (1738). Na América do Norte as primeiras universidades foram Harvard (1636), Yale (1701) e Filadélfia (1751).

Sguissardi (2006, p. 277) chama a atenção para as diferenças no que tange à implantação de universidades em colônias a despeito do colonizador:

A desigual experiência universitária em países de colonização inglesa, espanhola e portuguesa alerta para o fato de que esta instituição não possui, para sua implantação e desenvolvimento, uma relação bastante direta ou estreita apenas com o desenvolvimento econômico, mas sofre influência de diversos outros fatores, como os políticos, religiosos e culturais em geral, que caracterizam a seu modo tanto os impérios inglês e espanhol, quanto o português. (SGUISSARDI, 2006, p. 277).

Para Sguissardi (2006), um fato é inquestionável: o Brasil tem um atraso de dois a três séculos no quesito universidade em relação aos demais países da América Latina. Para este autor, ainda que se considerem as primeiras experiências brasileiras – Manaus (1909), São Paulo (1911) e Curitiba (1912) – o atraso é visível, pois estas primeiras,

Se tratavam de experiências de Seminários, Conventos e Escolas, em geral, estritamente profissionais, que respondiam pragmaticamente ao imediatismo das exigências do poder burocrático e das necessidades das elites detentoras dos poderes econômicos, políticos e culturais. (SGUISSARDI, 2006, p. 276).

Deaecto (2011) faz uma observação quanto ao “deserto” na paisagem intelectual do Brasil colônia: afirma que os letrados eram poucos, e dentre estes era dado “pensar os rumos da sociedade e manter viva a memória da cultura escrita, estabelecendo a ponte necessária entre as instituições do novo e do velho mundo” (p.104). A autora afirma ainda que estes mesmos letrados tinham garantido “os meios de transmissão do conhecimento na forma de instituições educacionais e científicas, que zelavam igualmente pelos meios próprios de manutenção da classe” (p. 104). Com este poder veio também a capacidade de censurar. Para Deaecto (2011), os projetos formulados por intelectuais coincidiam sempre com os interesses das elites políticas.

De fato, a educação superior no país começa com a vinda da família real portuguesa em 1808.

Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura. (MARTINS, 2002, p. 4).

Assim como ocorreu com as bibliotecas universitárias europeias, no Brasil as primeiras que surgiram vieram de acervos de particulares ou ordens religiosas. À época da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, na Europa a circulação de livros era pequena, mas já presente. No Brasil colônia a circulação de livros era fenômeno raro. Rubens Borba de Moraes, no primeiro capítulo do livro *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, publicado em 1976, fala sobre a “Idade Média” brasileira, período de meio século após a chegada dos portugueses em que não se encontram registros sobre a circulação de livros por terras brasileiras. Moraes cogita a possibilidade de existirem alguns livros de natureza legal (ordenações manuelinas) junto aos magistrados e livros pertencentes aos religiosos. Contudo, afirma que oficialmente só tivemos livros no Brasil a partir de 1549 com o estabelecimento do governo-geral em Salvador, na Bahia, e com a chegada dos jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega.

Só começamos a engatinhar pelo caminho da cultura depois do estabelecimento dos conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus que logo após a sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitais. A instrução e os livros estavam nos conventos... (MORAES, 1976, p. 1)

As bibliotecas universitárias brasileiras surgiram oficialmente a partir das primeiras iniciativas plenas de ensino superior, após a chegada da família real ao Brasil em 1808. Seus acervos foram formados a partir das coleções mantidas em conventos e ordens religiosas. Como exemplos têm-se a biblioteca da Academia de Direito de São Paulo, fundada em 1827 no Convento de São Francisco, a biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (antigo Curso de Ciências Jurídicas de Olinda, criado em 1827) cuja

biblioteca também era originária de um convento, o de São Francisco dos Clérigos e a biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia (1836), localizada no Colégio dos Jesuítas em Salvador.

Diógenes afirma que as bibliotecas universitárias brasileiras começaram a se desenvolver muito tempo depois da instituição do regime universitário no Brasil, em 1931 (DECRETO 19.851), “com exíguos orçamentos e inexistência de políticas governamentais integradas até hoje” (DIÓGENES, 2012, p. 124).

Depois de 1945, vê-se o crescimento das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência de mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia e com eles a criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o nome de biblioteca central da universidade, ou bibliotecas ligadas às diversas faculdades que foram reunidas e levavam o nome da universidade.(CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 102).

Após 1945 as primeiras bibliotecas universitárias criadas foram: Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1945), Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (1947), Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará (1957), Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959), Biblioteca Central da Universidade de Brasília (1962) e Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (1968). Vale ressaltar que muitas dessas bibliotecas foram oficializadas nas datas apresentadas, mas os acervos já existiam, sob a guarda de outros proprietários ou instituições (DIÓGENES, 2012).

Nas décadas de 1960 e 1970 houve grande discussão em torno da forma de organização administrativa das bibliotecas universitárias, se de forma centralizada ou descentralizada. Dos dois lados havia prós e contras.

Entretanto, é evidente que a tendência atual é mais para a centralização em diferentes graus, pois a descentralização total vem sendo reconhecida como irracional e prejudicial à qualidade dos serviços prestados, além de ser muito mais onerosa para a universidade. (FERREIRA, 1976, p. 55).

Para os defensores da centralização da biblioteca universitária, as vantagens eram muitas: economia financeira, processos unificados de trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados etc. Para os defensores da descentralização os principais argumentos eram que os materiais bibliográficos deveriam estar mais próximos dos leitores, nos

departamentos. Argumentavam também que a descentralização da biblioteca traria maior agilidade na aquisição de material bibliográfico solicitado por professores e pesquisadores (FERREIRA, 1976). A *centralização parcial* surgiu como uma terceira opção quanto ao modo de organização administrativa das bibliotecas universitárias:

Uma posição intermediária entre os dois extremos citados é a centralização parcial, em que apenas o acervo é descentralizado, sendo o processamento técnico realizado pela biblioteca central. Neste caso, as publicações estarão junto dos leitores, mas o órgão central tem possibilidades de exercer controle, senão na aquisição, pelo menos padronizando o tratamento das publicações, passando, portando, a possuir registro do acervo bibliográfico de toda universidade. (FERREIRA, 1976, p. 57)

Os processos técnicos, sobretudo a catalogação, tiveram grande dificuldade em se estabelecer em razão da ausência de regras. Ao discorrer sobre a história da catalogação no Brasil, Modesto (2007, p. 2) afirma que a primeira iniciativa, no “sentido de um código nacional, ocorre com o trabalho de Jorge Duarte Ribeiro, intitulado ‘*Regras bibliográficas: ensaios de consolidação*’, editado em 1934”, no qual o autor se propunha a estabelecer regras de entradas de nomes pessoais. O primeiro curso de catalogação foi criado dois anos mais tarde, em 1936, sob a coordenação de Rubens Borba de Moraes. As décadas seguintes são marcadas pela busca de padronização. Em princípio eram utilizados os códigos da ALA (*American Library Association*) e da Vaticana².

A partir da década de 1970 houve grande esforço brasileiro no sentido de criar um código nacional de catalogação, o que viria em bom momento, pois as universidades estavam começando o processo de automação.

Na história dos processos de catalogação no Brasil um nome de destaque é o da bibliotecária Lygia de Queiroz Sambaquy (1913-2006). Sob o seu comando foram introduzidas inovações como o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual IBICT, assim como a adoção e uso da ficha catalográfica 7,5 X 12,5 cm, seguindo o padrão norte-

² Código da Vaticana: *Norme per il catalogo degli stampati*, publicado em 1931 pela Biblioteca do Vaticano, apresentava regras para catalogação de materiais impressos.

americano. “Daí, (*sic*) vão se moldar os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como o aprendizado da catalogação” (MODESTO, 2007, p. 4).

Um fato importante na história da catalogação brasileira e nos processos de catalogação nas bibliotecas universitárias foi a adesão ao formato MARC³, que permite o compartilhamento de dados da catalogação entre as bibliotecas. Com isso os processos de catalogação ganham rapidez, uma vez que a partir do compartilhamento de metadados se evita que a mesma descrição de um título seja feita desde o início repetidas vezes. Contudo, a adoção do formato MARC só foi possível com a automação. Sambaquy, em texto publicado em 1978, previa que “a automação dos processos técnicos no tratamento das informações e dados disponíveis, em muito pouco tempo, será um imperativo. Representará aumento sensível da eficiência e barateamento do custo dos serviços prestados” (SAMBAQUY, 1978, p. 59).

Viana (2016) afirma que as primeiras experiências nas universidades brasileiras com uso de computadores ocorreram nos anos 1960, período em que, nos países desenvolvidos, a automação já era uma realidade nas bibliotecas. A automação nas bibliotecas universitárias brasileiras começou nos anos 1980 com *softwares* produzidos pelas próprias universidades. Segundo Viana (2016), a experiência brasileira no processo de automação sofreu grande influência de países como Estados Unidos e Inglaterra por meio de leitura de conteúdos relacionados ao tema.

A partir do final dos anos 1970 começam a ser utilizados os primeiros sistemas de automação de bibliotecas, e no final dos anos 1980 surgiram no Brasil as primeiras experiências com o desenvolvimento de softwares comerciais para bibliotecas, e também de alguns livres. Nos dias atuais, a partir de 2011, as universidades brasileiras começaram a adotar ferramentas de descoberta para suas bibliotecas, integrando todos os seus registros bibliográficos dos acervos físicos com os recursos eletrônicos que podem acessar através da Internet. (VIANA, 2016, p. 49)

Robredo (1981), em pesquisa sobre a automação das bibliotecas universitárias brasileiras, relata que no início da década de 1980 pouquíssimas instituições possuíam sistemas automatizados. Eram elas: Universidade do Amazonas, Universidade Federal da

³ MARC: *Machine Readable Cataloguing*, representa um conjunto de formatos digitais para descrição de itens na catalogação. São padrões de formatos de registros bibliográficos. Foi desenvolvido pela *Library of Congress* dos Estados Unidos na década de 1960.

Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Desde o início dos processos de automação as bibliotecas universitárias evoluíram consideravelmente até os dias atuais (ano de 2019). Os avanços das tecnologias de informação, o desenvolvimento de *softwares* e a Internet permitem que atualmente boa parte das bibliotecas tenha acesso a redes de informações onde são compartilhados os catálogos das bibliotecas, conteúdos integrais em repositórios institucionais, artigos de periódicos, textos completos, ebooks e outros.

Através dos séculos, o ponto focal da universidade tem sido a biblioteca, com o seu acervo de obras impressas preservando o conhecimento da civilização. Atualmente, esse conhecimento existe sob muitas formas: texto, gráfico, som, algoritmo e simulação da realidade virtual e, ao mesmo, (sic) ele existe literalmente no éter, isto é, distribuído em redes mundiais, em representações digitais, acessíveis a qualquer indivíduo e, com certeza, não mais uma prerrogativa de poucos privilegiados da academia. (CUNHA, 2000, p. 73).

A automação e informatização dos serviços nas bibliotecas universitárias impactaram também a forma de atendimento aos usuários. O serviço de referência, por exemplo, é muito mais ágil em obter respostas às demandas dos usuários a partir de buscas em bases de dados com conteúdos produzidos por pesquisadores do mundo todo. As bases multidisciplinares permitem buscar diversos conteúdos em um único local. Um bom exemplo é o Portal de Periódicos da Capes, que oferece acesso a conteúdos de diversos periódicos nacionais e internacionais para todas as instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

A partir de 2004, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, as bibliotecas universitárias compunham importante aspecto a ser avaliado nos cursos de graduação. Em 2006, com o Decreto N. 5.773, o qual dispunha sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, foram determinados quais quesitos seriam avaliados nas bibliotecas:

Com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos. (BRASIL, 2006)

As mudanças pelas quais passaram as bibliotecas universitárias federais brasileiras desde o começo das primeiras universidades do país até os dias de hoje (2019) foram enormes. A automatização e a informatização de muitos processos, como a catalogação, serviço de empréstimo, referência digital, etc., modificaram as rotinas de trabalho, tornando os serviços mais ágeis. O desenvolvimento das tecnologias da informação, informação em rede, catálogos *online*, repositórios digitais, bases de dados e novos formatos de publicação facilitaram muito o trabalho dos bibliotecários e ajudam as bibliotecas a cumprirem sua missão. Estes novos recursos representam também um desafio no sentido de que aquelas bibliotecas que não se adaptam a esta nova realidade que gera demandas, provavelmente perderão valor frente ao seu público alvo, e frente à sociedade. Cabe aos administradores das bibliotecas e a comunidade bibliotecária a luta pela valorização das bibliotecas e pela prestação de serviços de qualidade, atingindo um número cada vez maior de usuários de forma física ou remota.

Considerando tamanha trajetória das bibliotecas universitárias, há que se falar além da história dessas bibliotecas, também da sua memória enquanto intuição, visto que é esta memória que fornecerá dados para a construção e narração da história dessas bibliotecas.

4 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A memória institucional é um tipo de memória que ocorre no âmbito da coletividade. É um fenômeno social. “Para se lembrar, precisa-se dos outros”. (RICOEUR, 2010, p.130). Entre os teóricos que pesquisaram sobre memória se destaca Maurice Halbwachs, que é o autor de uma obra de referência, *A memória coletiva*, publicada em 1950, após sua morte. Nesta obra Halbwachs nos dá uma noção de memória coletiva, e afirma que esta é uma experiência em grupo, a qual resulta numa construção social

representativa de um grupo ou sociedade. Na memória coletiva nem todos os fatos importantes são lembrados por todos, visto que tais fatos podem ser percebidos e sentidos de maneiras diferentes. Trazendo o tema para o contexto das universidades e suas bibliotecas têm-se uma gama de enredos a serem registrados e reinterpretados.

A biblioteca como uma entidade que se estabeleceu há mais de 1000 anos tem uma série de atividades que são inerentes a ela, e que lhe confere um *modus operandi* semelhante na prática dos serviços de uma biblioteca, ainda que mudem os contextos culturais. O modo de realizar as tarefas, a sua repetição e transferência para as gerações seguintes dentro da organização termina por legitimá-la frente à coletividade, que, por conseguinte a reconhece como uma instituição.

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venha (sic) a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção da manutenção dessa ordem. Tal função deve ser pensada como memória, pois introduz um ritual que deve ser reproduzido diariamente. Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. É uma memória que coexiste com o presente, que faz com que as ações passadas estejam se atualizando no presente. Há um certo passado coexistindo com o presente, como um hábito que se reproduz. (THIESEN, 2013, p.165)

Thiesen (2013) afirma que o estudo sobre memória institucional deve levar em conta alguns traços que caracterizam as instituições sociais:

Exterioridade: a instituição possui uma realidade exterior, fora dos indivíduos;

Interioridade: são incorporadas ao “eu social” presente em todos os indivíduos; a presença da instituição e seus padrões acabam se impondo aos indivíduos;

Objetividade: o objeto em questão é apropriado pela instituição que se torna sua guardiã legítima;

Coercitividade: a instituição detém poder e o exerce sobre os indivíduos, os quais podem sentir sua força diante da negativa em obedecer;

Resistência à mudança: as mudanças e transformações são inevitáveis, mesmo sendo característica das instituições a reprodução de hábitos para sua manutenção no tempo; ainda assim há resistências pelos indivíduos às mudanças;

Reprodutibilidade: é própria das instituições a reprodução de hábitos, dentro de um padrão mínimo de controle estabelecido anteriormente nas regras institucionais;

Legitimidade: a instituição em seu processo instituinte legitima-se à medida que impõe suas regras a todos aqueles que de alguma forma relacionam-se com ela; assim a instituição se fortalece, tomando corpo e fundamento;

Seletividade: como uma entidade maior, a instituição determina os discursos a serem reproduzidos. Pode-se inferir que é a instituição que determina o que será reproduzido e preservado, assim como o que será esquecido, ou ficará no silêncio;

Historicidade: a instituição existe no tempo e produz uma história composta por um legado característico, o qual vai se reproduzindo por meio de informações, hábitos e memórias entre os indivíduos dentro da instituição.

Temporalidade: “toda instituição instaura um domínio do tempo” (THIESEN, 2013, p. 193) delimitado pela reprodução, aproveitando o passado para a manutenção do presente institucional;

Conflitualidade: as relações de poder geram conflitos dentro e fora das instituições;

Socialização: uma instituição se caracteriza além de outros aspectos, pelas relações sociais típicas, próprias entre os membros que compõem o corpo da instituição.

Considerando os aspectos citados, a memória institucional da biblioteca universitária se desenvolve em contextos cujas relações permanentes dentro da instituição sofrem interferência com alterações do corpo técnico da biblioteca e da universidade, bem como sua relação com o ambiente externo. Ocorre neste contexto um contínuo jogo de informações que “se constrói em práticas discursivas dinâmicas; o instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais” (THIESEN, 2013, p. 37).

As atividades desenvolvidas em uma instituição estão de alguma forma envoltas pela memória institucional, ou seja, caracterizam-se por um jeito próprio de serem exercidas naquela instituição. Nas bibliotecas universitárias as atividades parecem ser as mesmas, mas certamente cada instituição tem seu jeito de fazê-las. Isto ocorre porque são

atividades realizadas por pessoas diferentes, com maneiras próprias de executar tarefas semelhantes. Para González de Gomez (1990), as bibliotecas constituem sistemas de informações cuja formalidade, aspecto importante para a formação da memória institucional, dá-se em dois sentidos:

a- Primeiro, por ser institucional, ou seja, sujeita a regras e a processos de legitimação, à definição de uma “jurisdição” para o exercício de sua função dentro do contexto institucional mais amplo, e identificável por suas funções, serviços, produtos e destinatários no contexto de outras agendas de ação informativa;

b- Segundo, devido ao fato de trabalhar no domínio da comunicação formal, com registros de conhecimento ou registro de dados, e com registros de seus próprios instrumentos e rotinas.

Para Thiesen (2013), um elemento fundamental para a construção da memória institucional é a informação, elemento, segundo a autora, “mitificado, endeusado e cultuado por tantos” (THIESEN, 2013, p. 31), e que representa matéria prima das sociedades pós-modernas. A informação como elemento fundamental nas relações humanas constitui também um elemento fundamental na institucionalização, ou seja, na formalização das práticas e hábitos que permitirão o reconhecimento de uma entidade como instituição (legitimidade) frente à sociedade. Esta formalização das práticas está relacionada com a elaboração de normas e manuais escritos, os quais geram documentos que por si projetam aspectos e materializam a memória.

Tal como a informação em si, os documentos são elementos fundamentais para que seja consubstanciada a memória institucional. Frohmann (2008) afirma que “os documentos que circulam através e dentre as instituições têm uma materialidade pronunciada” (FROHMANN, 2008, p.24). Para este autor, produzir, instituir e disponibilizar documentos requer muito esforço. Este argumento vem para reforçar a importância do registro da memória institucional, visto que esta é fundamental quando se investiga a trajetória de uma instituição.

As bibliotecas universitárias brasileiras desde o início enfrentaram dificuldades para se afirmar. A memória destas bibliotecas contem um legado de histórias sobre a luta pelo desenvolvimento e manutenção de acervos, bem como a busca por novas tecnologias que permitiram o avanço da Biblioteconomia e melhores condições para a prática

profissional. Miranda, ao discorrer sobre a problemática do planejamento nas bibliotecas universitárias, argumenta:

Cada instituição tem suas características próprias, suas tradições e até mesmo barreiras psicológicas que são o produto de sua ideologia – ou para ser mais preciso – do ideário dos que a forjaram e nela imprimiram sua personalidade, assim como a influência de seus novos líderes. (MIRANDA, 1978, p. 10)

A trajetória das bibliotecas traz em si fragmentos da memória institucional. A construção do prédio, o primeiro livro, o mobiliário, os funcionários, a documentação produzida diariamente... Com isso observa-se que a memória é registrada em diversos suportes, desde um simples memorando até os objetos tridimensionais. Desta forma observa-se que a memória institucional precisa de suporte, de elementos do patrimônio da instituição para se materializar.

5 SUPORTES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O PATRIMÔNIO E DOCUMENTO

Halbwachs (2006) afirma que não seria possível compreender o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material a nossa volta. Do mais simples objeto que compõe o patrimônio institucional ao documento oficial de criação da instituição, pode estar “impregnada” a memória institucional.

a- Patrimônio

A noção de patrimônio nos remete a um grande número de possibilidades. Pode-se falar em patrimônio econômico, financeiro, mobiliário, assim como se pode falar em patrimônio histórico, artístico, cultural, material e imaterial. Gonçalves (2009) afirma que a ideia de patrimônio como categoria de pensamento no sentido de posse é milenar. Não é uma invenção moderna e está presente desde o mundo clássico à Idade Média, assim como em sociedades tribais. A noção de patrimônio histórico, artístico e cultural remete ao final do século XVIII e tem ligação direta com o surgimento da ideia de nação.

A memória como algo dizível, mas intocável, pode ser representada pelo patrimônio material e imaterial. O patrimônio material é, neste caso, a solidificação ou

materialização dos fatos da memória. Constitui, portanto, uma espécie de documentação que comprovaria a existência de uma memória.

O patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado e, em particular a ilusão da continuidade. (GUILLAUME, 1986, apud CANDAU, 2011, p. 158).

No caso das bibliotecas universitárias, quais objetos do seu patrimônio seriam representantes da memória institucional? Certamente muitos objetos e equipamentos trazem na sua materialidade resquícios da memória institucional. Podem ter sido utilizados em situações corriqueiras, em que a visão de contemplação não existia; havia apenas a visão do utilitarismo. Vejamos o caso dos catálogos de ficha, atualmente caindo em desuso devido à automação (mais remotamente) e à informatização (mais atualmente).

Com o desenvolvimento da automação, os catálogos apresentam-se cada vez mais em formatos legíveis por máquina e o termo arquivo substitui o termo catálogo. Eles são a memória das unidades de informação. Todas as operações dos serviços aos usuários e as de gestão têm como base a exploração dos catálogos (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 197).

Desta forma, após a automação do catálogo, o que fazer com o equipamento físico? O destino provável seria a baixa patrimonial, que é o procedimento de exclusão de bens do ativo permanente da instituição. Contudo, poder-se-ia pensar também em outro destino para tal objeto, como, por exemplo, atribuir-lhe um valor histórico e o preservar como representante da memória institucional da biblioteca.

Assim como ocorreu com o catálogo de fichas, muitos outros objetos utilizados nas rotinas de trabalho das bibliotecas caíram em desuso, como por exemplo a máquina de escrever e a máquina leitora de microfichas, dentre outros. A destinação final destes objetos e a atribuição de valor histórico dependem de políticas e diretrizes adotadas pelas bibliotecas no sentido de formar um acervo representativo da memória institucional.

b- *Documento*

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivente é um documento? Não. Mas as fotografias e os catálogos de estrelas, as

pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um zoológico são documentos (BRIET 1951, p. 7, tradução nossa).

Uma reflexão sobre o conceito de documento se faz necessária para entender o seu uso no contexto da memória institucional nas bibliotecas universitárias. Para isso recorreremos aos conceitos utilizados na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e na Documentação.

Para Bellotto (2006, p. 35) o documento “é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”. Seria o livro, o artigo, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a escultura, a fotografia, o filme, etc. Segundo a autora a forma ou função do documento é que determina seu uso e armazenamento, se pelo arquivo, museu, biblioteca ou centro de documentação. Sobre a distinção entre estas instituições, a autora afirma que se produzem,

A partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado: pela biblioteca, os impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica, seja ela criação artístico-literária, pesquisa ou divulgação; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável (desde uma tabuleta assíria ou um relatório impresso de empresa até as provas-objeto de um processo judiciário), oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções; pelo museu, os objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional. (BELLOTTO, 2006, p. 36).

Sobre o *documento arquivístico*, se pode afirmar que representa “qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade”. (DURANTI, 2005, p. 7).

O conceito de documento na perspectiva da Biblioteconomia, segundo Tanus, Renou e Araújo (2012), passa pela ramificação da Biblioteconomia tradicional e da especializada. No conceito da Biblioteconomia tradicional o documento seria compreendido a partir da perspectiva da coleção que compõe o acervo de uma biblioteca. Para Orera Orera (2006, *apud* TANUS; RENO; ARAÚJO, 2012), a coleção seria composta fundamentalmente por livros, documento tradicional de informação nas bibliotecas. Na visão dos autores, essa perspectiva se alterou, dando espaço a outros tipos de documentos, tais como as publicações periódicas, os folhetos, os manuscritos, as músicas

impressas. Os autores acrescentam ainda que com a editoração eletrônica as bibliotecas passaram a incorporar aos seus acervos os documentos eletrônicos ou digitais. Para a Biblioteconomia especializada, o conceito de documento estaria mais próximo da definição oriunda da Documentação, pois os documentos seriam, além dos livros, todas as demais formas documentais (TANUS; RENO; ARAÚJO, 2012).

Ortega (2016) afirma que, no campo da Biblioteconomia, as possibilidades de objetos denominados documentos são ampliadas para outros tipos de escritos, “mas também audiovisuais, entre outras tipologias documentais, ainda que a primazia do livro permaneça, refletindo seu papel no registro do conhecimento” (ORTEGA, 2016, p. 51). Essa primazia do livro como documento ocorre também no campo da Bibliografia. “Na Bibliografia, o livro é central, embora os objetos de registro que o precederam também sejam considerados” (ORTEGA, 2016, p. 50). A autora sugere que é possível encontrar facilmente na literatura e nos manuais técnicos os tipos documentais da Biblioteconomia, onde são descritos como fontes informacionais e com indicação da sua forma de descrição. Neste diapasão observa-se que o suporte documental da memória institucional na perspectiva da Biblioteconomia está mais relacionada ao objeto livro, ao passo que na perspectiva da Arquivologia, apresenta maior relação com os documentos de cunho administrativo.

Para Padilha (2014) o documento representa a evidência de algo a alguém e que seu potencial informativo se manifesta após tratamento técnico. Define o termo documento como sendo:

Qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte, que possui registro de informação. O documento pode representar uma pessoa, um fato, uma cultura, um contexto, entre outros. Ele se caracteriza como algo que prova, legitima, testemunha e que constitui elementos de informação. (PADILHA, 2014, p. 13).

Na Museologia a decisão sobre quais objetos serão considerados documentos passa pelo processo de musealização, que é realizado pela instituição que recebeu tais objetos e, em geral, reflete os propósitos e objetivos da instituição (PADILHA, 2014). Para Loureiro e Loureiro (2013, p.1) musealização é o processo (ou conjunto de processos) “por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez

revestidos de novos significados, adquirem a função de documento”. Desta forma, ao receber um valor documental, torna-se um objeto museológico, o qual demandará cuidados na guarda e preservação, bem como tratamento técnico.

Sobre o documento, Otlet (1934, p.43), apresenta uma definição geral, a qual define o documento como “*un support d'une certaine matière et dimension, éventuellement d'un certain pliage ou enroulement sur lequel sont portés des signes représentatifs de certaines données intellectuelles*”. Na concepção de Otlet para o termo *documento*, cabem todos os exemplos documentais objetos de estudos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Difere, contudo a forma de organização e deve-se considerar o documento como uma representação da realidade “em forma literária (a bibliografia, a escrita, o texto), ou gráfica ou plástica (o ícone, a imagem)”. (OTLET, 1934, p. 372, tradução nossa). O documento seria:

O livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música. É também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. (OTLET, 1937, p. 1).

Em outra definição, Otlet nos fala de *Biblion, Bibliogramme ou Document*, que abrange todas as espécies (*sic*): volumes, brochuras, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, impressões, patentes, estatísticas, discos, filmes cinematográficos. (OTLET, 1934).

A partir da observação dos possíveis tipos de documentos presentes nas bibliotecas universitárias é possível pensar em meios de tratamento e organização, respeitando as respectivas disciplinas e suas metodologias. Em outras palavras pode-se dizer que a memória institucional nas bibliotecas universitárias pode se materializar em um documento de arquivo, em um livro histórico institucional, em vídeo com depoimentos dos colaboradores, em um equipamento antigo, cuja função caiu em desuso, como por exemplo, as máquinas de datilografar... Enfim, a memória pode estar presente em muitos suportes.

6 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Preservar a memória institucional traz consigo a ideia de resguardar a identidade de uma instituição. Preservar é garantir que a história e os valores sociais construídos ao longo de sua trajetória não serão esquecidos. Sabendo que são dois termos diferentes – empresa e instituição – na prática, o argumento da preservação se aplica para os dois termos. Para Worcman (2004), a história de uma empresa não deve ser pensada somente como registro do passado. Deve ser um marco referencial no qual se descobrem e fortalecem vínculos presentes, geram empatia com a trajetória organizacional e permitem criar expectativas. Assim, assevera:

A sistematização da memória de uma empresa é um dos melhores instrumentos à disposição da comunicação empresarial e corporativa. Isto porque as histórias não são narrativas que acumulam sem sentido tudo o que vivemos. O grande desafio está em saber utilizá-las. Se a memória na empresa for entendida como ferramenta de comunicação, como agente catalisador no apoio a negócios, como fator essencial de coesão do grupo e como elemento de responsabilidade social e histórica, então poderemos afirmar que esta empresa, de fato, é capaz de transformar em conhecimento útil a história e a experiência acumulada em sua trajetória. (WORCMAN, 2004, p. 23).

Pensando no contexto da biblioteca universitária, os argumentos da autora podem ser aplicados no sentido de que os registros da memória institucional nessas bibliotecas contribuem para o planejamento de ações futuras no que concerne à gestão de acervos, pessoas, administração e demais aspectos.

A preservação da memória institucional pode ser realizada com a implementação de programas e suas diretrizes no sentido de realizar todas as medidas possíveis de forma a proporcionar a segurança dos documentos, patrimônio e artefatos da memória. Sobre este tema foi lançado em 1986 em Viena durante a Conferência sobre preservação e conservação de materiais em bibliotecas, o *IFLA core programme on preservation and conservation*. O programa tinha como objetivo trazer o tema da preservação à tona, no sentido de despertar nos bibliotecários e toda a equipe de profissionais das bibliotecas, bem como seus usuários, a consciência da importância da preservação dos materiais em seus diversos suportes. Entre as propostas, o programa da IFLA encorajava a pesquisa científica sobre preservação e conservação, propunha a criação de cursos para formar

profissionais para atuar e propagar as idéias inerentes às práticas da preservação, assim como estabelecer padrões nacionais e internacionais no tratamento de acervos.

O programa da IFLA pode efetivamente contribuir para a elaboração de projetos de memória institucional nas bibliotecas universitárias a partir dos planos estratégicos, os quais fornecem informações que norteiam ações de preservação. Os planos apresentam estrutura clara e estão divididos em missão, metas e ações.

Uma medida também possível é o desenvolvimento de projetos. Segundo o *Project Management Institute* (PMI, 2017), um projeto “é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado únicos”. Um projeto de memória institucional no contexto das bibliotecas universitárias representaria um conjunto de ações orquestradas, identificando o que preservar, quando, onde e quem (equipe de trabalho), visando à preservação de documentos e patrimônio representativos da instituição, bem como gerando produtos ou serviços os quais ajudariam na divulgação e conscientização da preservação da memória institucional. Em um projeto desta natureza, possíveis ações podem contemplar:

- **Identificação e organização de documentos sobre a instituição:** análise do conteúdo dos documentos, fotografias, vídeos; organização por temas, por exemplo, pessoal, administrativo, festas e celebrações, formação de acervos etc.;

- **Registro de patrimônio:** catalogação, registro, inventário dos documentos;

- **Acondicionamento e armazenamento:** escolha de itens de proteção mais próximos aos documentos, de forma que fiquem protegidos contra os poluentes, a luz, a temperatura, a umidade relativa, o ataque biológico e o manuseio. Cada situação requer uma análise e depende diretamente das condições em que se apresenta o documento (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011);

- **Higienização:** eliminação mecânica de todas as sujidades que se encontram nos documentos e dos agentes considerados agressores: clipes, oxidados ou não; excrementos de insetos; grampos metálicos; itens generalizados utilizados como marcadores de páginas; poeira e todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011);

- **Restauração:** intervenção direta, a restauração representa um conjunto de ações técnicas no suporte dos documentos; propõe-se a executar o trabalho de reversão de

danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos documentos ao longo do tempo (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011);

- **Gestão de riscos:** “atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2009, p. 2). No contexto da pesquisa, diz respeito à identificação, causas e possíveis soluções para os perigos e ameaças existentes e que possam de alguma forma comprometer a segurança e a existência do acervo representante da memória institucional. Representa o diagnóstico de risco dos fatores intrínsecos, ligados às características próprias do material dos documentos (composição, constituição) e dos fatores extrínsecos, ligados ao meio ambiente em que os documentos se encontram, quais sejam: fatores ambientais como luz, temperatura, umidade e agentes biológicos. Também devem ser consideradas a ação do homem e ocorrência de sinistros, como incêndios, inundações e catástrofes naturais (LUCCAS; SERIPIERRI, 1995)

- **Planos emergenciais contra sinistros de causas naturais e humanas:** planejamento e elaboração de estratégias de como proceder nestes casos, considerando as possibilidades de riscos, estratégias de ação, plano de recuperação e impacto social, preparação de instruções básicas para ação em casos de emergência a serem cumpridas por todo o corpo funcional, identificação dos recursos operacionais necessários para ação, treinamento de equipe etc. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006);

- **Formação de equipe:** formação de grupo de trabalho, multidisciplinar ou não, com vistas ao desenvolvimento de programas ou projetos de memória institucional;

- **Campanhas para preservação da memória da biblioteca:** desenvolvimento de campanhas (cursos, palestras, seminários) de modo a divulgar e conscientizar toda a equipe de trabalho da instituição sobre a importância da preservação da memória institucional.

Preservar a memória institucional é garantir que os valores construídos e que representam as práticas numa instituição não se perderão e não cairão no esquecimento. Para que isso não ocorra é preciso que sejam adotadas práticas de forma a garantir a preservação do seu patrimônio e tudo que possa representar e legitimar a memória institucional. Para Medeiros e Bastos Jr. (2015, p. 215), “a finalidade precípua da preservação dos elementos de memória é a sua propagação às gerações vindouras, pois somente assim será garantida a continuidade da Instituição”.

7 ATIVIDADES, PRODUTOS OU SERVIÇOS GERADOS A PARTIR DOS REGISTROS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Os registros da memória institucional das bibliotecas universitárias não devem ser apenas preservados. Considerando que eles contam a trajetória histórica das bibliotecas e das universidades, devem ser compartilhados para que cumpram sua missão, qual seja, transmitir o conhecimento. Para isso acredita-se que é possível desenvolver atividades, produtos e serviços a partir de tais registros. Desta forma, após processo de seleção dos registros memorialísticos, parte desta documentação poderá compor o acervo (audiovisual, bibliográfico, museológico, fotográfico, etc.) que representará a memória institucional.

Com o acervo organizado e conhecendo a trajetória da instituição, seus hábitos, práticas e cultura de forma geral, fica mais fácil planejar atividades relacionadas à memória institucional e criar produtos e/ou serviços. Totini e Gagete (2004), sugerem algumas possibilidades:

- **Livro histórico-institucional:** contempla a trajetória da instituição e seus principais eventos. Ricamente ilustrado e com “linguagem agradável e envolvente” (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 121), o texto deve ser mais jornalístico e menos técnico. Deve apresentar informações de acordo com seu público alvo (público interno, formadores de opinião, investidores, consumidores);

- **Publicações institucionais, vídeos e CD-ROMs:** biografias de pessoas ligadas à instituição e que contribuíram para o seu desenvolvimento; histórico de setores, produtos e serviços; coletânea de depoimentos (TOTINI; GAGETE, 2004);

- **Relatórios internos/estudos de caso:** voltados para a instrução da equipe de trabalho;

- **Conteúdos publicados na Internet:** *site* institucional onde pode ser apresentada toda a trajetória da instituição;

- **Museu:** espaço onde se podem reunir itens que relatam a tradição e a história da instituição. Totini e Gagete (2004) argumentam sobre a importância de agregar ações de responsabilidade social com a implementação de atividades culturais e educativas de forma a estimular seu público alvo.

Exposições de produtos de suporte: exposições temáticas, palestras, visitas orientadas, publicações de *folders*, boletins, revistas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se propôs neste artigo foi uma reflexão sobre a memória institucional da biblioteca universitária. Essas bibliotecas que estando no cerne de produção de conhecimento – a universidade –, a cada dia recebem uma enxurrada de novas publicações, sejam impressas ou em formato digital. A administração desses processos e todos os demais que ocorrem desde o desenvolvimento de coleções até a administração de recursos humanos da própria biblioteca cria rotinas e estabelece procedimentos necessários à execução das tarefas diárias. Os hábitos e práticas cotidianos vão somando características que aos poucos se tornam próprias dessas bibliotecas. Com o passar do tempo, desenvolve-se a memória institucional e esta vai se legitimando frente à sociedade. Procedimentos adotados no passado podem não ser os mesmos no presente. Pessoas que trabalhavam na biblioteca podem ter se aposentado. O que acontecia no passado acontece de modo diferente no agora. Também pode ocorrer que o esquecimento se estabeleça por algum tempo. Por isso é importante lembrar e preservar a memória institucional.

A partir da revisão de literatura observou-se que além da preservação, as bibliotecas também podem desenvolver produtos ou serviços com base nos registros da memória institucional. É possível produzir material bibliográfico, como os livros histórico-institucionais, bem como realizar exposições com objetos que fizeram parte da trajetória da biblioteca, assim como visitas orientadas, etc.. Desta forma percebe-se que a memória institucional além de ser preservada, pode e deve ser transmitida ou ressignificada, com um olhar crítico, mas de forma respeitosa, de modo que contribua para melhorar os processos cotidianos nas bibliotecas universitárias.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR, ISO 31000:** Gestão de Riscos – Princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2009.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 318 p.

BIBLIOTECÁRIOS SEM FRONTEIRA. Disponível em: <https://bsf.org.br/tag/biblioteca/>. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 09 de maio de 2006. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em 15 set. 2017.

BRIET, Suzanne. **Quest-ce que la documentation?** Paris: Editions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

CUNHA, Murilo B. Construindo o futuro: a biblioteca universitária em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://w.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

CUNHA, Murilo B; DIÓGENES, Fabiene C. B. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DEAECTO, Marisa M. **O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.

DIÓGENES, Fabiene C. B. **Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira**. 2012. 444 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12305>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 4, n. 1, p. 5-18, 2005.

FERREIRA, Lusimar S. **Centralização e descentralização das bibliotecas universitárias brasileiras**. 1976. 236 p. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1976.

FONSECA, Edson N. **Introdução à Biblioteconomia**. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces**

técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. P. 19-34.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário S. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, dez. 1990. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332/332>. Acesso em: 04 ago. 2017.

GUINCHAT, C.; MENO, M. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. 2.ed. rev. aum. Brasília: Ibict;CNPq, 1994. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>. Acesso em: 15 maio 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo, SP: Centauro, 2006.

THE INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS(IFLA). IFLA core programme on preservation and conservation. **International preservation news.** Whashington, n. 1, September 1987. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipn/ipn-01.pdf>. Acesso em 02 nov. 2017.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; LOUREIRO, José Mauro M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Revistas Midas**, Évora, Portugal, n. 1, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/78?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2017.

LOUREIRO, Maria Amélia S. (Coord.). **História das universidades.** São Paulo: Estrela Alfa, [1986?].

LUCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar**: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

MARTINS, Antonio C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010286502002000900001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2017.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Anhembi, 1957.

MEDEIROS, Eduardo D.; BASTOS Jr., Edmundo J. Memória institucional: uma reflexão sobre sua importância para a Polícia Militar de Santa Catarina. **Revista Ordem Pública**, v. 8, n. 2, p. 211-231, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/140/134>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil**: reflexões sobre a problemática. Brasília: Capes, 1978. Disponível em: [http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/biblioteca_universitaria .pdf](http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/biblioteca_universitaria.pdf). Acesso em: 17 jun. 2017.

MODESTO, F. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da**

Informação, Brasília, 21, 08-11 de Julho de 2007. Anais... Brasília (DF), 2007. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/09/2007panoramacatalogacao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MORAES, Rubens B. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006. Disponível em: <http://museuvillalobos.org.br/poldeseg.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

NUNES, Martha S. C.; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-193, mar. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2572/1708>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ORTEGA, Cristina D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, p. 41-64, aug. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 06 set. 2017.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OTLET, P. **Documentos e documentação**: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 02 maio 2017.

OTLET, P. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editiones Mundaneum, Palais Mondial, 1934.

PADILHA, Renata C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, 2). Disponível em: http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf. Acesso em 01 jun. 2017.

PINHEIRO, Ana Virgínia (Org.). **Livros raros de Biblioteconomia**: a memória científica da Biblioteca Nacional brasileira: catálogo. Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2013/09/LivrosRarosDeBiblioteconomia-Catalogo.pdf>. Acesso em 20 jun. 2017.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **O que é gerenciamento de projetos**. [s.l]: PMI, 2017. Disponível em: <https://brasil.pmi.org/brazil/AboutUs/WhatIsProjectManagement.aspx>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2010.

ROBREDO, Jaime. Panorama dos planos e projetos de automação das bibliotecas universitárias brasileiras. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2.**, 1981, Brasília. Anais... Brasília: CAPES, 1981. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf. Acesso em 02 nov. 2017.

SALES, Rodrigo. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. In: LUCAS, Elaine R. O.; CORRÊA, Elisa C. D.; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Orgs.) **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016, p. 57-71. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/As_contribuicoes_de_Ranganathan.pdf. Acesso em: 05 jul. 2017.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Da Biblioteconomia à Informática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 7, n. 1, jun. 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/125/125>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. In: MOROSINI, Marília (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Inep, 2006, p.275-289. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/443>. Acesso em: 24 maio 2017.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais**. [Rio de Janeiro]: CNJ, FBN, 2011. Disponível em: <https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

TANUS, G. F. S. C.; RENAU, L. V.; ARAÚJO, C. A. A. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 2012. v. 8, n. 2, p. 158-174, jul./dez. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/220/234>. Acesso em: 08 jun. 2017.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

TOTINI, Beth; GAGETE, Élide. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004, p.113-126.

VIANA, Michelângelo Mazzardo Marques. Uma breve história da automação de bibliotecas universitárias no Brasil e algumas perspectivas futuras. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 43-86, ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15688/12852>. Acesso em: 26 jul. 2017.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004, p. 23-30.

Recebido em: 30 de dezembro de 2017 Aceito em: 01 de fevereiro de 2019
